

Revista de Sociologia, Porto Alegre, ano 2, nº 3, jan/jun 2000, p. 128-185

Condicionantes sociais e espaço de concorrência política no sul do Rio Grande do Sul

IGOR GRILL

Mestre e doutorando
em Ciência Política pela
UFRGS

Apresentação

O objetivo deste artigo é detalhar, em uma seqüência temporal, as práticas e concepções que orientam o recrutamento de candidatos a deputado no sul do Rio Grande do Sul. Apresenta-se uma série de condicionantes sociais de atuação política, apreendidos na análise das trajetórias sociais de 40 candidatos a deputado estadual e federal nas quatro últimas eleições (1986-1998). Os casos examinados possuem uma área de atuação "regional", porém, pela necessidade de recorte, o estudo restringiu-se a 40 candidatos que iniciaram sua carreira política no mesmo município (Pelotas), sendo este o principal colégio eleitoral da "região".

Assim sendo, em vez de recorrer à variedade de perspectivas mais próximas da linguagem jurídica (engenharia institucional) ou das elaborações filosóficas (tomadas de posições acerca dos princípios inerentes à democracia) pretende-se adotar uma abordagem que:

não é nem crítica, nem apologética, mas explicativa. Não se trata de celebrar um regi-

me ou de denunciar os seus limites, mas tentar compreender as práticas efetivas através das quais ele se realiza, existe e se apresenta (Caxio, 1993, p. 8)

As reflexões contemplam uma série de indagações alusivas à *representação política*, pensada nos termos propostos por Jacques Lagroye (1997), como um domínio de atividades ou uma dimensão da vida social, a cargo de agentes especializados na execução e no domínio de determinados papéis.

O tratamento dado afasta-se, portanto, das polaridades assumidas nos debates intelectuais travados "em nome da democracia" que, em linha gerais, transitam entre a prescrição de arranjos sociais e políticos (crítica ou exaltação de um elitismo procedimental e alternativas de modelos) e/ou a denúncia quanto ao funcionamento das instituições e ao comportamento dos representantes.

A justificativa da opção escolhida adquire ainda maior relevância na medida em que o universo empírico descrito refere-se a um contexto que pode ser caracterizado como periférico, no qual o sistema representativo faz parte de um conjunto de práticas importadoras de códigos, instituições e ideologias políticas. Neste caso, o esforço consiste em enfrentar os seguintes desafios: 1) abandonar o caráter normativo na análise de temas como o clientelismo¹; parentesco e política, alianças, etc. 2) perceber os mecanismos de

1 Bezerra (1999) chama a atenção para a distinção entre o clientelismo como categoria analítica que permite obter uma inteligibilidade de determinadas relações e o seu sentido político ou jornalístico, que utiliza o termo com um conteúdo pejorativo caracterizando-as como práticas "atrasadas" e "tradicionais". Este último uso, segundo ele, confundiu-se com determinadas análises feitas pelas Ciências Sociais, principalmente com as formulações mais ou menos inspiradas na teoria da modernização que tratam o fenómeno como resquícios do passado e não em sua positividade.

*hibridação*², isto é, a apropriação dos bens importados (sistema partidário, tecnologia eleitoral, etc.) e as dinâmicas sociais e culturais sob as quais ocorrem; 3) apreender a constituição e o funcionamento desta dimensão da vida social, a especialização e a seleção dos agentes que dela fazem parte e as lógicas que presidem às práticas e as classificações neste universo.

Os referenciais adotados visam a assimilar os desafios de diversas ordens expostos acima, compreendendo alguns mecanismos de seleção e recrutamento de “quadros políticos” mediante as modalidades de reconversões³ de bases sociais⁴ em bases eleitorais. Busca-se, pois, apreender os recursos pessoais e coletivos que legitimam as candidaturas, observando os condicionantes sociais das carreiras políticas e a estrutura de ofertas de bens públicos.

Deste modo, inicialmente se apresenta o referencial analítico compatível com os objetivos da pesquisa e, posteriormente, a análise e comparação das trajetórias dos candidatos a deputado mediante as carreiras políticas e as origens sociais dos mesmos.

2 Barthe e Lefebvre (1993) destacam, como estratégias políticas empreendidas em Estados Periféricos, as importações de “bens políticos”, responsáveis por códigos, instituições e ideologias diversas da dinâmica da qual foi importada, que, ao entrar em choque com as dinâmicas locais, adquirem novos significados, diferentes daqueles originais (ou identais), mas transformando também as concepções locais de política e poder, processo denominado pelos autores de *hibridação*.

3 Bourdieu refere-se às reconversões como: deslocamentos transversais, que supõe a passagem a um outro campo, através da reconversão de uma espécie de capital numa outra ou numa subespécie de capital econômico ou capital cultural em uma outra (...), portanto uma transformação da estrutura patrimonial que é a condição de salvaguardar o volume global do capital e da manutenção da posição na dimensão vertical do espaço social (1979, p.146).

4 A noção de bases sociais adotadas, assemelha-se à utilização dada por Miceli (1981), em um trabalho sobre a composição social da “elite política” brasileira nas décadas de 30 e 40, representando um conjunto de condicionantes que incluem a origem familiar e social, a formação escolar, o acúmulo de relações sociais e as trajetórias profissionais e políticas, bem como as origens geográficas.

1. Referencial de análise

O significado conferido à análise dos condicionantes sociais, refere-se ao que Bourdieu denomina de: *força de mobilização que ele [o "homem político"] detém quer a título pessoal, quer por delegação...* (1989, p. 191). Especificamente, para o que está em pauta, trata-se das possibilidades de reconversão da reputação adquirida em diversos domínios, como as atividades profissionais, e a acumulação de determinadas "qualificações" e "contatos", além das diferentes estratégias de estabelecimento de alinhamentos no espaço de luta política ("alianças" e "trocas de apoios").

A posse desses recursos, pelos empreendedores políticos, é tomada como "qualidades de liderança", na medida em que define as condições de concorrência e êxito eleitoral. Os investimentos empreendidos na disputa eleitoral evocam uma gama de bases sociais de mobilização, de forma concorrencial, que incluem meios materiais próprios, trânsito em "esferas públicas de poder" e a encarnação de valores compartilhados (ideológicos, religiosos, familiares, etc.) de forma distinta para os candidatos.

A operacionalização destes procedimentos, se apresenta como o modo mais adequado para o exame de processos de seleção política e das transações materiais e simbólicas que dão sentido às suas dinâmicas. Uma vez que, segundo as orientações de Caxie:

As transações sobre os mercados políticos não se reduzem, nem se resumem ao voto. O voto é na realidade a manifestação e o produto de um reencontro mais geral entre os eleitores, dotados de disposições historicamente consti-

tuidas, e de uma oferta de bens políticos, ela também historicamente constituída. (1989, p. 20)

Inicialmente, cabe salientar algumas indicações referentes ao estudo das bases sociais de seleção de elites, em condições históricas em que a posse de títulos econômicos, culturais e sociais: *estão voltados para a acumulação do capital simbólico personificado* (Coradini, 1995, p. 4). Em termos de capital político como *uma forma de capital simbólico, crédito firmado na crença e no reconhecimento* (Bourdieu, 1989, p. 187), as situações estudadas apontam para o predomínio daquilo que Davis (1977, p. 135) denominou *postura de deferência diante daqueles que são mais poderosos (...), e que deste modo podem conseguir alcançar os recursos.*

Agora buscar as origens sociais dessas "deferências", isto é, a variedade de títulos e vínculos em pauta nas candidaturas, o que se pretende abordar nessa investigação é a estrutura e o montante de capitais (econômico, cultural, social, etc.), suas relações com as lutas políticas e seus usos em situações eleitorais.

Desse modo, é fundamental que se reflita sobre alguns pontos relevantes e disseminados nas trajetórias enfocadas, no que diz respeito às modalidades de ingresso na carreira política, à importância de determinadas profissões, ao peso da titulação escolar e aos vínculos de diferentes ordens analisados, bem como ao tratamento dos processos de *profissionalização política* pelos quais passam os candidatos.

Apesar de o universo empírico encerrar variações institucionais e sociais, na forma de estruturação do espaço político, pode-se utilizar a afirmação de Caxie (1993) quanto à propensão ao engajamento político existente em determinados agentes. Essa inclinação, seria uma disposição soci-

almente condicionada e uma antecipação, mais ou menos inconsciente, das gratificações (de conteúdos variados) pessoais que a atividade política pode proporcionar.

As trajetórias estudadas demonstram um extenso repertório de capitais de relações pessoais, adquirido em instâncias não reconhecidas como diretamente vinculadas às atividades políticas, mas formadora do *background* dos candidatos. Entre elas, destacam-se as atividades religiosas, as atividades esportivas, as atividades comerciais, a participação em entidades diversas, entre outros vínculos cativados anteriormente ao ingresso na “carreira política”.

A maximização desses laços enquanto trunfo eleitoral, contudo, na maioria dos casos, depende de ligações tidas como de “ordem política”. Assim, o indivíduo detentor de tais relações, pode ascender ao universo político de várias formas: colaborando de início como cabo eleitoral de um “político local”, preparando futuras candidaturas e alianças; por meio da cooptação feita por lideranças locais (deputados e prefeitos), que depositam seu prestígio na forma de apoio eleitoral (estabelecendo obrigações mútuas, na maior parte das vezes não cumpridas), ocupando cargos públicos não eletivos (cargos de confiança na prefeitura, assessorias, etc.) e/ou constituindo-se em representantes de determinados “políticos” nas localidades em que desempenham suas atividades⁵.

As profissões que se destacam no conjunto de candidaturas estudadas não têm equivalência direta com posições sociais - o que não exclui diferenciações quanto aos meios utilizados e quanto às condições de acesso a uma carreira política. Os usos políticos das profissões manifestam-se

1 De qualquer forma se está diante daquilo que Coradini (1998, p. 113) detectou, no estudo do processo eleitoral em Nova Palma. Ou seja: (...) se, por um lado, as chamadas bases eleitorais têm um significado de “liderança” sobre um determinado segmento populacional com o qual o candidato tem uma vinculação prévia, por outro, significa também a “politização” ou reconvênção destas vinculações anteriores em adesão explicitamente eleitoral.

muito mais ligados às exibições de "capacidade" de trânsito em "esferas superiores e exteriores". Logo, a apresentação do título profissional é acompanhada de sinais de reconhecimento da notoriedade desfrutada em vários setores como: o "empresário que é recebido por qualquer autoridade", "o professor que fala com desenvoltura em qualquer roda" e "o advogado que soluciona os problemas pessoais por possuir um amplo leque de amizades".

Tais indicações são extensivas aos títulos escolares. Observa-se o predomínio de uma gama de investimentos que buscam associar tais "saberes" à capacidade de solucionar demandas específicas e regionais. Estes usos se sobressaem e se unem às oposições clássicas entre formas de legitimação do capital escolar. Como as destacadas por Grèzes-Rueff (1994), que opõem a cultura acadêmica e os diplomas universitários ao "saber compartilhado com o cidadão comum", fruto de "vivências semelhantes" ou, ainda, que confrontam o "conhecimento erudito" e o "conhecimento técnico" como atestados de "competência política".

Assim, a partir dos procedimentos utilizados por Grèzes-Rueff (1994) compararam-se os candidatos quanto ao tipo de conhecimento escolar obtido, às contribuições extra-escolares, à geração da qual faz parte e ao pertencimento político, tendo sido evidenciado um padrão distinto de utilização dos títulos escolares.

A reconversão desses títulos em recursos eleitorais apresenta-se, principalmente, com as seguintes características: 1) a não distinção entre títulos profissionais e escolares; 2) a apresentação dos títulos escolares segundo diferentes modalidades de aptidões em negociar recursos e vantagens para as bases eleitorais; 3) as noções de "geração" e "socialização estudantil" em que se destacam a reprodução de fidelidades e rivalidades

oriundas de vínculos familiares, faccionais e das alianças.

De qualquer forma, cabe a referência às conclusões de Bourdieu sobre a relação entre “competências” técnicas e políticas:

Seria, então, ingênuo ver na relação estreita que se estabelece entre capital escolar e a propensão a responder aos problemas propriamente políticos, um efeito simples e direto da distribuição desigual da competência especificamente política, definida, no sentido restrito, pela posse de conhecimentos necessários para produzir ações e julgamentos propriamente políticos e, sobretudo, pela linguagem propriamente política, capacidades que permite-se supor que variam conforme o capital escolar (Bourdieu, 1979, p. 476).

Outro fator preponderante, como dimensão de análise, refere-se à “herança política”. Ou seja, a explicitação dos investimentos em obter os vínculos políticos acumulados por familiares, em utilizar a genealogia como trunfo eleitoral⁶, em apresentar os recursos e títulos pessoais, juntamente à tentativa de recuperar o investimento de gerações anteriores⁷ e em adquirir uma familiaridade com a problemática política (por exemplo, os filhos de militantes).

Algumas notas, portanto, se fazem necessárias quanto aos mecanismos pelos quais os agentes transferem seu capital de relações pessoais e

1 Um caso sintomático é o trabalho de um deputado federal do PPB, filho de um ex-vice-prefeito e secretário de Estado, neto de um prefeito e líder partidário do PSU nas décadas de 50-60, sobrinho de um ex-prefeito e primo de uma ex-vereadora e presidente da Câmara Municipal ao escrever um livro sobre a sua família, desde a sua chegada ao Brasil oriunda da Alemanha, até os dias atuais.

políticas a outros agentes. Em especial, trata-se das formas de transmissão e apropriação de "heranças políticas"⁷.

Antes de ingressar nas considerações acerca das "heranças familiares", podem-se descrever outros mecanismos de seleção interna ao "meio político" dos candidatos no contexto estudado, que apresentam pontos de contato com as transmissões familiares de mandatos.

Em primeiro lugar, existem processos de "cooptação de candidaturas", visando garantir a estabilidade das organizações políticas e o controle do "mercado político" por parte da dita "elite política local". Em segundo lugar, as estratégias pessoais e coletivas de transferências de capitais políticos (eleitorado, realizações dos mandatos, bases de apoios, etc.). E, em terceiro lugar as alianças tramadas nas *cliques* que dirigem os agrupamentos políticos. Os "homens políticos" constroem, por meio disso, solidariedades, reciprocidades e identidades.

Isso remete às três formas de reprodução do "pessoal político", referidas por Garraud (1992), quais sejam: os instrumentos de cooptação e adoção (herança não familiar e simbólica), a transmissão por socialização de disposições políticas e a transmissão hereditária de mandatos.

Quanto à dimensão propriamente familiar, que parece ser relevante para os propósitos deste estudo, é pertinente recorrer às análises de Cristian Le Bart (1992, p. 189) a respeito da seleção de "pessoal político local" e o peso da herança política na pré-seleção de candidaturas. Afirma o autor:

7 A respeito, são ilustrativas as conclusões de Miceli sobre elites políticas nacionais, surgidas no período pós-30: *As famílias da fração intelectual e política devem sua condição privilegiada ao trabalho especializado que vêm exercendo por sucessivas gerações, sendo impossível dissociar o capital acumulado isoladamente por cada um dos seus membros do patrimônio de prestígio e honorabilidade de que todos se beneficiam, como bem o demonstra as inúmeras ocasiões em que procuram valer o acervo de feitos e personagens ilustres do panteão familiar* (1981, p. 591-592).

8 A relevância destes fenômenos e a sua ocorrência sob diversas facetas em realidades distintas possibilitam evidenciar práticas que se contrapõem ao "ideal igualitário e individualista" e "ao senso comum democrático", calcadas na igualdade de competição e escolha individual do eleitor (Patriat, 1992, p. 3).

*...o herdeiro é um cidadão para quem a questão da ambição política se coloca explicitamente, naturalmente, o que já constitui uma ruptura fundamental em relação ao homem da rua. O herdeiro pode recusar a carreira política, evidentemente, mas **ele não pode recusar a escolha** (grifos meus).*

Segundo Le Bart (1992) a naturalização da candidatura de um herdeiro é uma percepção que atinge o próprio indivíduo, pela natural autopercepção de uma possibilidade de candidatura; o conjunto da população, que o vê como um legítimo candidato e um legítimo "representante do território"; e os agentes diretamente envolvidos na constituição do espaço político local, como os empreendedores políticos (adversários e aliados) e a mídia. O efeito disso na concorrência política (possibilidade de ter a candidatura aprovada no meio político e potencial eleitoral), não deve, de forma alguma, ser desconsiderado.

Concluindo estas notas sobre "heranças políticas", são adotados os fios condutores apresentados na coletânea de artigos, intitulada *L'hérité en politique*, organizada por Claude Patriat e Jean-Luc Parodi (1992). As linhas principais a serem seguidas no estudo da hereditariedade política seriam:

(...) [1] consiste em frisar que a parentela, quando intervém na relação política, não opera jamais sozinha (...). As redes pessoais originadas na família desenham uma trama cujos fios se

conectam com redes econômicas, sócio-profissionais, associativas (...), [2] a parentela eletiva obedece a um princípio territorial de funcionamento. O território em questão pode ser mais ou menos largo, em função dos enjeux políticos ou das capacidades de expandir suas estratégias de alianças. Mas ela deve encontrar um elemento de contigüidade para autorizar a continuidade (...) é um fenômeno da ordem da memória de um território (...). [3] (...) seu pertencimento à linhagem de eleitos dá ao herdeiro a posição de candidato natural para brigar pelos sufrágios da comunidade local (Patriat, 1992, p. 17-18).

É justamente essa composição de lógicas que deve ser assimilada, como pontos de intersecção de diferentes modalidades de participação no processo eleitoral, advindas de distintas trajetórias pessoais. Portanto, a compreensão das relações que compõem o espaço de concorrência eleitoral pressupõe o detalhamento dos condicionantes de acesso a uma carreira política.

Trata-se daquilo que Dogan (1999) denominou vias de acesso exógenas e endógenas ao universo político: a extração social da chamada "elite política local", seus mecanismos de circulação e reprodução e o peso das diferentes "heranças políticas" (transmissões familiares, transferência de redutos, filiações simbólicas, etc.)⁹.

As vias de acesso exógenas, no caso, são o volume e a diversidade

⁹ Gaxie (1993) chegou a distinguir as atitudes e os reflexos oriundos das experiências anteriores à carreira política (atividades profissionais e a influência familiar) como *habitus* primário, e as condutas orientadas pelo domínio do conhecimento das regras do jogo político como *habitus* secundário.

de bases mobilizadas fora do espaço político (capacidades profissionais, títulos escolares, inserções sociais e vínculos pessoais). As vias de acesso endógenas limitam-se às relações compactuadas no interior do meio político (alianças, trocas de apoios, fidelidades verticais e transmissão de mandatos).

Focalizam-se, assim, as trajetórias, a conquista, o acúmulo e a apresentação de elos verticais, que estruturam os mecanismos de mediação e são utilizados eleitoralmente, bem como a sua relação com os demais recursos em jogo nas diferentes candidaturas e situações de campanha. Esta conduta, possibilita analisar a seleção eleitoral dos "homens políticos" como mediadores¹⁰ em disputa e, igualmente, seguir algumas orientações de Davis (1977), quanto à interação entre distintas linguagens de estratificação e os respectivos modos de representação.

Deve-se a Grynszpan (1990), a partir do seu estudo sobre a trajetória de Tenório Cavalcanti, uma elucidativa contribuição à análise sobre os idiomas manipulados na afirmação de uma liderança política (no caso: violência, advocacia, jornal, aliança matrimonial, favores pessoais, etc.) e o conjunto de recursos e deslocamentos no espaço social (uso da genealogia, apadrinhamento, cartas de apresentação, etc.). Nas suas palavras:

Operando com mais de um código, ele [Tenório] se veria em situação de vantagem, franqueando o acesso a esferas diversas e nesta

10 Silverman (1977), define o mediador como um tipo específico de intermediário, diferenciando-se por dois traços básicos: a função crítica e a exclusividade. Assim sendo, os responsáveis pela comunicação entre o "sistema local" e o "sistema nacional", desempenham papéis fundamentais de interpretação e composição de "interesses", entre as duas ordenações sociais (local e nacional), e constituem um reduzido número de postulantes e executores de tais tarefas. Também Velho e Kuchnir (1996), sistematizaram alguns aspectos compatíveis com o papel de mediador, que estão intimamente ligados ao domínio de códigos diversos, suas competências específicas e o trânsito em categorias sociais distintas, bem como às linguagens que caracterizam cada uma dessas esferas. Essa "habilidade" foi definida pelos autores como experiência de metamorfose.

posição peculiar, servindo como mediador entre aqueles que se encontravam restritos a apenas um espaço, apenas um idioma (Grynspan, 1990, p. 79).

Três grandes orientações podem corroborar a ênfase e as influências teóricas propostas até aqui. Em primeiro lugar, quanto ao tratamento dos fenômenos de clientelismo, o alerta de Badie e Hermet:

(...) não basta definir estes fenômenos de maneira clássica, como aliança diádica e vertical entre duas pessoas de categoria, poder e recursos desiguais (...), convém superar a simetria funcional desta definição para captar o fenômeno mais vasto de um ordenamento do poder controlado por uma elite civil hostil a uma lógica centralizadora. (Badie e Hermet, 1993, p. 199)

Em segundo lugar, quanto aos mecanismos de trocas presentes nessas relações políticas, é importante não desconhecer as lógicas sociais presentes, que extrapolam o "universo político". Assim, segundo Bourdieu (1980b, p. 222-223): *(...) a autoridade pessoal somente pode se perpetuar de forma durável através das ações que reafirmam sua conformidade aos valores reconhecidos no grupo (...).*

Em terceiro lugar, quanto à relação entre "política" e "parentela", as considerações de Patriat:

Não há lugar, claramente, para pôr a questão

em termos de conflito pela hegemonia, entre parentes e políticos, a concorrência global estabeleceu há muito tempo a vitória dos últimos. O problema é simplesmente saber que papel desempenham as linhagens, que lugar elas ocupam no meio das relações políticas. (Patriat, 1993, p. 11)

Nestas linhas, os marcos estabelecidos na investigação procuram evidenciar a intersecção entre o espaço do fluxo de relações sociais e pessoais e o espaço político (adesões, clivagens, etc.). Seguindo Boissevain (1966, p. 29), a ligação da localidade com a estrutura de governo extrapola os níveis individuais e familiares em direção às redes pessoais, manipuladas por líderes políticos (mediadores), que se comunicam com "esferas superiores" na hierarquia política, assegurando alianças "para cima", ao mesmo tempo que reivindicam bens e serviços "para baixo". O conjunto dessas operações, com efeito, só é viável dentro de um sistema partidário formal.

Assim sendo, a perspectiva priorizada na pesquisa segue as orientações de Lacroix:

(...) o ponto de partida de uma análise da politização somente pode ser a atividade do empreendedor político, nas condições efetivas nas quais ela aparece e nas modalidades efetivas sob as quais ela se realiza (1985, p. 537).

Busca-se, pois, entender o espaço de hierarquização social e sua interação com o espaço de clivagens e mobilização política, viabilizando a

compreensão das práticas de identificações políticas e a produção de ofertas de produtos políticos¹¹.

2. Carreiras políticas

Analisou-se um conjunto de quarenta candidatos a deputado estadual e a deputado federal nos anos de 1986, 1990, 1994 e 1998. Os dados gerais tratam da totalidade desses candidatos. Em linhas gerais, pode-se afirmar a existência de parâmetros de alta profissionalização desses agentes, medida pela pequena margem de renovação dos atores que realmente concorrem aos cargos e pela formação precoce das disposições políticas, afora o peso das atividades políticas no conjunto das atividades apresentadas.

Em síntese, utiliza-se o termo profissionalização, de acordo com algumas formulações apresentadas por Weber (1993), Offerlé (1999) e Gaxie (1993). Weber (1993) refere-se à importância de uma remuneração, em contraposição à política exercida honorificamente. Offerlé (1999) adiciona às conclusões de Weber, a ênfase na existência de uma separação entre profissionais e profanos, resultante de um longo período de dedicação plena à política e afastamento da profissão de origem. Gaxie (1993), por sua vez, identifica na profissionalização uma espécie de direito moral à renovação de mandatos, devido aos esforços e ao tempo consagrados à atividade.

Nesse sentido destaca-se que dos quarenta candidatos, vinte e dois

11 Utiliza-se a expressão "oferta de produtos políticos" no sentido dado por Daniel Gaxie (1984), resgatando a dimensão simbólica das práticas gerada de acordo com os princípios de funcionamento do espaço público, em contraposição a uma concepção meramente calcada na lógica utilitária.

foram vereadores pelo menos uma vez em qualquer período e dos vinte e dois que já foram vereadores, dezessete o foram entre 1982 e 1998. Dos vinte e dois ex-vereadores, candidatos a deputado (estadual ou federal), dez foram eleitos em alguma ocasião para uma cadeira, ou à Assembléia Legislativa ou à Câmara Federal. Por outro lado, dezoito candidatos, no período, nunca foram vereadores e, destes dezoito, quatro ocuparam uma cadeira nos Legislativos estadual ou federal.

Quanto aos vinte e dois ex-vereadores, é importante sublinhar três elementos: dezesseis ocuparam o primeiro mandato antes dos trinta anos, vinte concorreram a mais de quatro eleições e treze possuem militância na "família". O ingresso precoce, a profissionalização (medida pelo tempo de dedicação à atividade) e a herança de disposições políticas constituem relevantes fatores de seleção interna à carreira política, possibilitando que os vereadores busquem mandatos estaduais e federais.

Já os candidatos que nunca foram vereadores dividem-se em dois blocos. O primeiro identificado por candidatos com fortes vinculações locais e posições relevantes nas "estruturas políticas", tanto administrativas (secretários, vice-prefeitos, etc.) quanto partidárias (dirigentes, candidatos a cargos majoritários, entre outros), estando entre estes os quatro casos exitosos eleitoralmente. O segundo bloco é representado por candidatos de partidos "periféricos" nas disputas "locais", sem representação no Legislativo e nas administrações públicas municipais.

No primeiro bloco encontram-se os quatro casos de postulantes ao cargo de deputado que nunca foram vereadores e alcançaram sucessos nos seus empreendimentos. São eles: a ex-primeira-dama de Pelotas e responsável pelo serviço assistencial da prefeitura (Hilda de Souza), durante a gestão do seu marido (Bernardo de Souza), eleita em 1986; o ex-vice-

reitor da Universidade Católica, advogado dos Sindicatos Rurais da "região", da Federação dos Trabalhadores da Agricultura e da Confederação dos Trabalhadores da Agricultura, responsável pela Secretaria Nacional do Trabalho e Secretário Estadual de Trabalho e Ação Social, eleito em 1978 deputado federal (Carlos Chiarelli); o maior empresário rural da região (Érico Ribeiro), candidato a prefeito em 1992 e candidato a vice-governador nas últimas eleições (1994), eleito deputado em 1998. Finalmente, o último candidato a prefeito de Pelotas pelo Partido dos Trabalhadores (Fernando Marroni), também eleito deputado em 1998.

Os demais integrantes desse bloco, para citar alguns exemplos, são: o ex-vice-prefeito (1982-1986), que chegou a ocupar a prefeitura (1986-1988), foi secretário municipal em três gestões e secretário de Estado no último governo; outro ex-vice-prefeito (1992-1996) e ex-secretário de saúde; o candidato a prefeito nas últimas eleições pelo PPB; o ex-secretário de educação, com fortes vínculos com a Igreja Católica, e um dos implementadores do projeto "Todo Poder Emana do Povo" (discussão do orçamento); a filha do atual prefeito¹².

O segundo bloco é representado por candidatos de siglas que nunca elegeram vereadores no município e possuem pouco tempo de existência (PV, PRN, PPS¹³). O que não exclui o fato de haver uma seleção interna na escolha dos candidatos e alguns critérios de diferenciação entre eles, importantes para serem levados em consideração. Não obstante, as possibilidades de acesso a uma candidatura obedecem a outros parâmetros. Para examiná-los, recorre-se, como elucidação, à comparação entre dois candidatos.

12 Todos os cargos se referem ao município de Pelotas.

13 Este possui um vereador, que foi, inclusive, presidente da Câmara de Vereadores, porém seu ingresso neste partido ocorreu quando as candidaturas já estavam definidas e sua eleição foi obtida pelo PL.

O candidato a deputado federal do PPS, Luiz Nei Andrade, filho de um "afinador de pianos", é microempresário (dono de uma fábrica de malhas e duas lojas), trabalhou em diversos grupos empresariais, com diversas funções e em distintas cidades. É formado em Administração, com cursos de especialização em marketing. Seu primeiro partido foi o PPS. Anteriormente à filiação no PPS, havia participado de movimento estudantil na década de 60 e colaborado com a campanha de Fernando Henrique Cardoso para presidente. Essas relações e a sua militância política atual são vistas, por ele mesmo, como ambivalentes:

Eu te confesso que eu sou muito tímido ainda, eu sou um aprendiz. Ainda ontem, eu dizia, nós fazíamos um debate e as coisas são interessantes, porque os debates que eles têm me convidado, eles não convidam pessoas que tenham adentrado a pouco tempo na política ou estão entrando agora. Eu só sou convidado a participar com aqueles que já tem três mandatos de federal, já foram prefeitos e isso e aquilo. Quer dizer, me largam junto com pessoas muito experientes. É por isso que eu te digo, que eu me divirto muito, porque eu acabo aprendendo. Porque eu aprendo muito com eles, porque comigo eles não vão ter que aprender nada, porque eles iam ter que mudar os seus modos de vida. Porque eu penso completamente dife-

rente do que eles fizeram até hoje (Entrevista 16, realizada em 24/07/98) (sic).

No que tange ao candidato a deputado estadual do PV, Joel Gonçalves, este também se denomina microempresário, afirma sempre ter acompanhado a militância do seu pai em Piratini para os candidatos do PTB. Em Pelotas, sempre colaborou em campanhas de candidatos de "oposição". Trabalhou na Santa Casa e cursou a Faculdade de Filosofia. É apresentado, por uma matéria jornalística composta por sua entrevista, como: *O mais desconhecido de todos os candidatos à Assembléia Legislativa (Diário Popular 21/9/98)*. Visando contornar esta imagem explica-se: *Embora seja um desconhecido na mídia, sou bastante conhecido no setor mais humilde da população, fruto do meu trabalho como enfermeiro da Santa Casa (Diário Popular 21/9/98) (sic.)*.

Os dois casos expostos manifestam que a inexistência de uma carreira prévia é concebida como barreira ao "desempenho político", reforçando o caráter hermético do grupo de "competidores locais". Porém os efeitos desta "lacuna" nas percepções dos agentes são distintos. O primeiro, com uma formação profissional e acadêmica e uma situação empresarial e de representação profissional estável, assume a posição de anti-político - com disposições tipicamente políticas, como a existência de um avô político em Pinheiro Machado, a militância no movimento estudantil e a liderança de movimentos assistenciais e "classistas". O segundo, lança mão de recursos tais como o atendimento pessoal na Santa Casa e a militância do pai, tentando situar-se nos padrões dominantes de uma carreira política. Ou seja, quer rejeitando o "perfil de político", quer esforçando-se para "apresentar-se como

cles", reforçam-se os limites de ingresso no espaço político.

Corroborando a rigidez das condições de ingresso na "elite política local", observam-se os dados sobre o número de candidaturas a que já se submeteram estes empreendedores. Dos quarenta candidatos, sete concorreram a deputado (estadual ou federal) entre quatro e seis vezes, dezesseis, entre duas e três vezes e dezessete, uma vez, sendo que, entre estes últimos, estão aqueles representados por partidos com curta existência e pouca representatividade.

Quadro 1: Número de candidaturas a deputado

Número de vezes que concorreu a deputado	Número de casos
1	17
2-3	16
4-6	7
Total	40

Fonte: Entrevistas com candidatos¹⁴

Os números referentes aos candidatos das quatro últimas eleições ressaltam que mais da metade da sua totalidade é formada por candidatos que concorreram mais de uma vez a deputação. Se a essas informações forem somados os números de vezes que concorreram a prefeito ou vereador, esses são ainda mais significativos: dezessete concorreram cinco vezes ou mais, quinze, entre duas e quatro vezes e apenas seis candidatos, somente uma vez.

14 As entrevistas foram realizadas junto a políticos locais nos anos de 1996, 1997 e 1998.

Quadro II- Número total de candidaturas

Número de candidaturas	Número de casos
1	6
2-4	15
5 ou mais	17
Não informado	2
Total	40

Fonte: Entrevistas com candidatos

Outra forma de mensurar os processos de seleção interna dos reais postulantes aos principais cargos é verificar a duração de tempo em que os candidatos das últimas eleições, que já foram deputados, encontraram-se sem nenhum cargo político.

Quadro III - Tempo de carreira* e anos sem cargos públicos

Deputados	Tempo de carreira	Anos sem cargo
Erico Pegoraro (PFL)	27	0
Fetter Júnior (PPB)	17	2
Lélio Souza (PMDB)	36	4
Bernardo de Souza (PSB)	31	8
Nelson Härter (PMDB)	17	1
Hilda de Souza (PMDB)	4	0

Deputados	Tempo de carreira	Anos sem cargo
Carlos Chiarelli (PFL)	21	4
Cetúlio Dias (PDT)	40	4
Tufy Salomão (PFL)	31	9
Irajá Rodrigues (PMDB)	40	17
Érico Ribeiro (PPB)	7	6
Cecília Hipólito (PT)	17	12
Fernando Marroni (PT)	7	6

Fonte: Entrevistas com candidatos

Obs: O tempo de carreira é calculado a partir da primeira candidatura e até o momento em que o candidato se afastou dos processos eleitorais. Não foi considerado o ex-deputado Mozart Rocha (teve seus direitos políticos cassados por 14 anos).

Os casos que fogem ao padrão de permanência nas principais posições políticas locais, são os dois deputados do PT, partido que começou a ocupar cargos a partir de 1988 e que, mesmo assim, tem como representantes na Assembleia Legislativa e na Câmara Federal, seus dois últimos candidatos a prefeito (portanto, pré-selecionados e monopolizadores das principais candidaturas nas "instâncias partidárias"). Além destes, destacam-se o atual deputado estadual do PPB, cujo capital econômico e os tipos de atividades desempenhadas tornam a sua relação com a política discrepante dos outros casos, e o ex-prefeito Irajá Andara Rodrigues, que passou doze anos sem concorrer (por sucessivas transferências profissionais devido a "motivos políticos").

As informações obtidas acerca da idade por ocasião da ocupação do primeiro cargo eletivo também são relevantes. Dos vinte e cinco candida-

tos em que foi possível coletar a informação¹⁵, dezesseis obtiveram a primeira vitória eleitoral entre os dezoito e os trinta anos, e nove acima dos trinta anos. Entre estes últimos, apenas cinco se elegeram vereador com mais de trinta anos, os quatro restantes são os deputados elencados que não foram vereadores, mas ocupavam importantes posições políticas locais. Portanto, sobre esses, é importante frisar que a primeira eleição ocorreu tardiamente, mas a ocupação do primeiro cargo político não.

Outro elemento a ser destacado refere-se à existência de militância política na família. Dos trinta casos em que essa informação foi alcançada, vinte e um se caracterizam por possuírem parentes com militância partidária, entre os quais, em dezesseis vezes a militância é indicada como sinônimo de disputa de cargos eletivos e, nas cinco restantes, como "cabos eleitorais" e "dirigentes partidários".

A exposição apresentada comprova a existência de uma circulação entre os ocupantes das principais candidaturas e dos cargos locais, muitas vezes representando igualmente uma circulação de famílias. Fato este que a simples constatação de "vitórias" ou "derrotas" em eleições para cargos legislativos diversos não seria capaz de reter, devido à limitação da análise que se restringe às nominatas em eleições e legislaturas, não considerando outras formas de monopólio dos cargos políticos.

Antes de descrever os dados sobre origens sociais, impõe-se analisar o contraste entre as trajetórias de dois políticos da mesma geração, que fizeram o mesmo curso universitário, foram adversários na política estudantil, têm a mesma idade, concorreram à eleição para orador da turma e são filhos de comerciantes. Entretanto, um ocupou uma cadeira na Câmara de Vereadores com vinte e seis anos, enquanto o outro

15 Ficando de fora, obviamente, os que nunca ocuparam um cargo eletivo e aqueles para os quais esta informação não está disponível.

foi deputado federal com trinta e oito anos.

Sendo assim, é permitido observar a inter-relação entre carreiras políticas e origens sociais, como, por exemplo, a forma (cargo) e idade de ingresso em competições eleitorais e sua relação com os recursos prévios disponíveis em cada caso. Deste modo, permite-se cotejar as modalidades de atuação (presentes nos dados expostos acima) e indicar aspectos a serem enfatizados no exame das origens sociais da população estudada.

Carlos Alberto Chiarelli é filho de um italiano e comerciante que veio para o Brasil com dezenove anos e que tinha forte participação política em Uruguaiana. Seu irmão foi vereador e deputado estadual pelo Partido Libertador. O político em questão estudou em colégios particulares e públicos em Uruguaiana, fazendo o segundo grau em um colégio católico. Curvou a Faculdade de Direito, trabalhou como professor de português no principal colégio municipal e como jornalista no Diário Popular, todos situados na cidade de Pelotas. Filiou-se ao PDC com dezoito anos. Casou-se com uma socióloga, filha de militantes trabalhistas em Santa Vitória do Palmar¹⁶.

Em 1963, fez um curso de especialização no Curso de Formação de Técnicos Internacionais em Previdência, na Organização Interamericana de Seguridade Social em Madrid e doutorado em Roma sobre sindicato e contrato coletivo de trabalho, época em que teria aprofundado os seus conhecimentos sobre a Democracia Cristã. A publicação da sua tese, no retorno a Pelotas, dependeu das amizades somadas no jornal Diário Popular para o qual trabalhava.

Sua aproximação com o catolicismo é consolidada através das atividades na Universidade Católica de Pelotas. Aliado a esses vínculos, como

16 A separação do casal, na década de 90, é apontada em notas informais de eleitores, comentaristas e políticos como uma das explicações do seu declínio eleitoral, pela experiência e número de relacionamentos que ela possuía.

advogado, ajudou a criar todos os sindicatos de trabalhadores rurais da região, com o apoio da Igreja Católica. Foi advogado da Federação dos Trabalhadores da Agricultura e da Confederação dos Trabalhadores da Agricultura (a partir da primeira metade da década de 70). Ajudou a montar a assessoria jurídica da Contag (no mesmo período), chegando a ter mais de oito advogados trabalhando com ele no atendimento aos sindicatos.

Sua nomeação para a Secretaria Nacional do Trabalho é reflexo deste conjunto de elementos, acrescidos das relações pessoais estabelecidas com o Ministro do Trabalho. Neste período (segunda metade da década de 70), ainda representou a Contag na Organização Internacional do Trabalho e, posteriormente, ocupou a Secretaria Estadual de Trabalho e Ação Social, tendo sido candidato a deputado federal em 1978 somando quase noventa mil votos.

Em 1982, concorre a senador, elegendo-se. Em 1986, participa da fundação do PFL, concorre a governador provocando uma retirada dos quadros do PDS local, já que, junto com ele, quatro vereadores, o deputado estadual e o deputado federal trocam de partido. Participa de uma CPI, denunciando a corrupção do Governo Sarney e chega ao Ministério da Educação do governo Collor. Em 1994, concorre a deputado federal sem obter êxito.

Esses dados, sinalizam o peso da "herança política" como transmissão de um "interesse pela política"¹⁷ e os usos dos "saberes escolares" como acesso às posições sociais e políticas de destaque (oratória e escrita). A precocidade das inserções serão determinantes das condições de ingresso no jogo eleitoral (ocorrido quase vinte anos depois).

17 Dogan (1999), distingue três tipos de transmissão hereditária, ocorridas na esfera política francesa. Aquelas efetuadas pelas monarquias nacionais (grandes dinastias de parlamentares), a transferência e sucessão de um território a cargos dos nobres locais e a herança de uma paixão pela política. Carraud (1992) também estabelece diferenças entre "impregnações familiares de disposições políticas" e "transmissões hereditárias de mandatos".

O desdobramento dessas condições prévias se expressa a partir das suas atividades profissionais como professor e advogado. Tanto uma como a outra são exercidas de acordo com as predisposições políticas, resultando em uma especialização escolar, um direcionamento profissional e uma carreira administrativa universitária, que são maximizados em termos de bases eleitorais (sindicatos rurais), de acesso a funções públicas (ingresso na carreira política mediante ministério e secretaria de Estado) e domínio de problemáticas políticas (legislação sindical, estrutura universitária, etc.).

O conjunto de capitais pessoais acionados pelo "homem político", evidencia-se enquanto recursos de luta perante seus pares e adversários locais, através da pluralidade de "habilidades" que advêm desses recursos. Possibilitando, assim, o trânsito em atividades legislativas (comissões temáticas, pronunciamentos, projetos de lei, liderança de governos, etc.), executivas (secretarias e ministérios) e em fóruns diversos de constituição e definição de pautas políticas (mediação entre diferentes lógicas de discursos, sindical, religioso, parlamentar e governamental sobre o mesmo tema).

Indissociável destas bases mais oficiais, o caso em pauta caracteriza-se pelo acúmulo de laços pessoais que viabilizam o acesso e o exercício dos códigos operados. A atividade universitária como professor e administrador, a advocacia sindical, a aquisição de títulos escolares e o desempenho em funções públicas são profundamente marcados pelas relações de "amizade".

Por fim, a renovação do potencial eleitoral decorrente desta dupla lógica, depende da capacidade de constituir-se em intermediário dos chamados "interesses sindicais", conseqüentemente dos setores religiosos ligados aos sindicatos, dos aliados políticos e dos "territórios" a serem atendidos. Por sua vez, tais tarefas se mostraram dependentes das alianças ho-

rizontais efetuadas na dita "cúpula política", tão permeável a rupturas e mudanças de "conjunturas".

Assinala-se, assim, a variedade de vinculações estabelecidas, administradas e tramadas ao longo de diferentes momentos. Herança familiar, movimento estudantil, curso de pós-graduação em Direito Trabalhista, criação e atendimento de sindicatos, vínculos com lideranças nacionais cultivadas ainda no Partido Democrata Cristão, forte ligação com a Igreja Católica em vários níveis, ramificações nos municípios da região sul, notoriedade como vico-reitor da universidade, atendimentos de verbas e obras através da secretaria, trânsito em diferentes instâncias de poder, relações de amizades obtidas em diferentes momentos e uma rede de seguidores que se deslocam entre os partidos juntamente com as suas mudanças de siglas.

O outro político enfocado é Lélío Souza. Filho de comerciante em Rosário do Sul, cidade onde nasceu e fez o primário – em que teve importância a formação recebida em casa através da sua mãe, que era professora – até deslocar-se para Pelotas, onde estudou na escola agrotécnica, em regime de internato.

No internato, passa a participar de mobilizações estudantis e afirma dedicar o horário livre para suprir as lacunas de matérias não oferecidas no curso técnico e incluídas no vestibular. Dedicar-se, já na universidade, ao movimento estudantil, sendo presidente da Federação Acadêmica de Pelotas, numa eleição disputada com Carlos Alberto Chiarelli. Trabalhou como estagiário em escritórios de advocacia e ocupou a "posição" de Secretário do Serviço Jurídico na prefeitura do PTB em Pelotas.

Filiou-se ao PTB com vinte anos, foi presidente da mocidade trabalhista e coordenou a campanha de 1958 para governador e deputados no município. Tal tarefa, teve resultados importantes na sua pri-

meira campanha para vereador.

Ocupou dois mandatos como vereador, foi presidente da Comissão de Justiça e, em 1970, concorreu a deputado estadual pela primeira vez, devido à cassação de Mozart Rocha e à desistência de dois vereadores que eram pré-candidatos. Venceu a eleição com o "apoio" da bancada de vereadores do MDB de Pelotas e das lideranças partidárias de Rosário do Sul, além de ter "herdado" as articulações do deputado cassado Mozart Rocha.

Como deputado estadual, foi por três anos presidente da Comissão de Constituição e Justiça e líder da oposição por oito anos consecutivos, tendo adquirido "grande projeção". Na reorganização partidária, optou pelo PMDB, tendo ocupado, na década de 80, a direção do partido, inclusive como presidente estadual. Elegeu-se duas vezes deputado federal e não obteve a reeleição em 1990. Posteriormente, foi diretor do Banco Meridional e da Corsan, além de presidente do diretório municipal, vice-presidente do diretório estadual e coordenador regional do partido no sul do Estado.

A referência ao universo familiar aparece, neste caso, como "incentivos" para a obtenção de formação escolar. O fato de não dispor dos mesmos recursos econômicos e de uma "herança política", como observados no caso de Chiarelli, conduz aos "esforços pessoais" em suprir as citadas carências (conteúdo escolar, meios de sustento econômico, etc.).

Nestes marcos, as atividades partidárias confundem-se com as opções profissionais adotadas. Em ambos os casos, seus movimentos consistiram em alianças verticais com advogados e dirigentes partidários, que muitas vezes apareciam sob a mesma pessoa. A constituição da sua liderança obedece a outros condicionantes, exigindo outra relação com a "política" e outro "percurso".

Seu ingresso ocorre "por baixo", como cabo eleitoral de lideranças

locais, ocupando gradualmente atribuições partidárias mais relevantes. Este trajeto possibilita a sua posição dentro de uma "cadeia de diádes verticais" como um sublíder (Landé, 1977). Os investimentos acionados, permitiram a herança de redutos eleitorais e as condições institucionais de lançamento das suas candidaturas.

A atividade profissional como advogado assume diferentes potencialidades para este empreendedor (muito diferentes das acima demonstradas no caso de Chiarelli). Inicialmente, significa uma possibilidade de profissionalização no "poder público municipal" e, conseqüentemente, de acesso a "círculos políticos locais". Posteriormente, significa a reconversão das habilidades da retórica e do conhecimento jurídico como diferenciação diante dos pares, evidenciadas nas funções exercidas na Câmara de Vereadores e na Assembléia Legislativa, como líder de bancada e presidente da Comissão de Constituição e Justiça.

Nesse caso, parecem ocupar maior relevo as "articulações locais" consolidadas desde "a mocidade trabalhista", abrandando o impacto da inexistência de alguns recursos prévios. A constituição de uma "rede local" obedece, portanto, às fidelidades e aos apoios mútuos estabelecidos dentro e com a "estrutura partidária", constituindo um longo processo de cultivo de lealdades, horizontais e verticais, geralmente apresentado na linguagem do meio como processo de "amadurecimento de uma candidatura".

Com o propósito de comparar as duas "personalidades", pode-se confrontar a relação existente entre origens sociais e vínculos estabelecidos nas redes partidárias. Para Chiarelli, as influências das origens sociais aparecem não só na familiaridade com o universo político, mas também nas condições de estudar em colégios particulares, na influência religiosa, na origem italiana do pai, suas vivências políticas e seus resultados como ali-